



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 28 | Jan./Jun. de 2023

Jucélio Regis da Costa

Universidade Estadual do Ceará / UECE.

elielasafe@gmail.com

RACHEL DE QUEIROZ E O GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967): Escrita intelectual e pensamento direitista em colaboração ao regime militar.

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo analisar a produção escrita de Rachel de Queiroz sobre o governo de Castelo Branco, a partir da ocupação de uma coluna jornalística, no periódico Correio Brasiliense. Neste sentido buscamos identificar quais os acontecimentos e suas atribuições de significados por meio dessa escrita em relação ao primeiro general da ditadura militar brasileira (1964-1967).

Palavras-chave: Rachel de Queiroz; Correio Brasiliense; Regime Militar.

ABSTRACT

This paper has as its main objective to analyze Rachel de Queiroz's written work about Castelo Branco's government from the time she worked for a newspaper column in Correio Brasiliense. For that matter, we aim to identify the events and their meanings through that written piece in relation to the first general of the Brazilian military dictatorship. (1964-1967).

Keywords: Rachel de Queiroz; Correio Brasiliense; Military Regime.

Introdução

Como terá sido a atuação de Rachel de Queiroz no periódico *Correio Brasiliense* ao tratar do governo Castelo Branco entre 1966 e 1967? Quais acontecimentos da conjuntura nacional eram mobilizados em sua escrita para tratar da construção do primeiro governo militar? Que sentidos ela atribuiu para o primeiro general do regime militar brasileiro? Eis aqui algumas indagações que nortearam a pesquisa levantada neste artigo.

Em 1966, Rachel de Queiroz já estava consagrada como uma grande intelectual na literatura brasileira. É justamente por seu prestígio, que o *Correio Brasiliense* resolveu chamá-la para ocupar uma coluna do segundo caderno, com suas crônicas. Neste trabalho estamos entendendo por intelectual, com base em duas vertentes: a primeira que o define como sujeito histórico que desempenha o papel de criação e de mediação cultural. É uma categorização que engloba as dimensões socioculturais em torno da definição desse intelectual, cujos sujeitos são identificados os jornalistas, escritores, professores e estudantes. Enquanto isso, a segunda vertente, explicita uma dimensão do engajamento desse intelectual, o qual é posto na condição de ator que se manifesta e intervém no debate da realidade em que participa ou observa. Ambas as definições são complementares e interligadas, uma vez que esse intelectual pode assumir dimensões diferentes ao tratar do seu meio social, seja pela tradução, explicação ou pela intervenção política (SIRINELLI, 2003).

Segundo Natália Guerellus, a escritora cearense publicou seu primeiro livro com apenas 19 anos, vindo a se tornar “uma das escritoras mulheres a participar do círculo modernista de seu estado de origem e do grupo regionalista dos anos 1930”. Na década de 1940, veio a sua consagração na literatura brasileira e, posteriormente, sendo eleita, em 1977, “a primeira mulher a pertencer à Academia Brasileira de Letras” (GUERELLUS, 2016, p.61). Sem dúvidas, a obra *O Quinze* (1930), foi uma das mais conhecidas e analisadas até hoje por diferentes campos do conhecimento. Outras obras foram produzidas por Rachel de Queiroz como *As Três Marias* (1939), *Memorial de Maria Moura* (1992), *João Miguel* e outros mais.

Neste artigo, reforçamos que estamos entendendo a Raquel de Queiroz como uma intelectual que ocupou uma função de destaque e se utilizou de outros espaços como o jornal, lugar bastante utilizado para posicionamentos políticos que percorria um caminho de mão dupla. Num primeiro momento, desempenhava posicionamentos

combativos – que consistiu numa escrita de combate ao comunismo, à tudo que obtivesse características varguistas ou janguistas. Com relação ao segundo momento se tem a escrita defensiva, a qual Rachel de Queiroz reproduziu uma narrativa bastante consensual entre os conspiradores e apoiadores do golpe de 1964, cujo resgate do passado pré-golpe foi mobilizado, tanto para legitimar o governo de Castelo Branco como para atribuir definições de identidades políticas e de memória coletiva sobre o momento vivido.

No tocante a produção de Rachel de Queiroz nos periódicos impressos, há um vasto material que se encontra depositado no Instituto Moreira Sales. Rachel de Queiroz escreveu em jornais pertencentes aos diversos estados brasileiros como: 1) Ceará – *O Nordeste, O Povo, Correio do Ceará*; 2) Rio de Janeiro – *O Dia, Última Hora, Jornal da Barra, Jornal do Comércio, O Jornal, Folha Carioca, Correio da Manhã, Diário de Notícias*; 3) São Paulo – *O Estado de São Paulo*; 4) Pernambuco – *Diário de Pernambuco* e 5) Distrito Federal, *Correio Brasiliense*. No conjunto dessa produção, é possível identificar diferentes posicionamentos políticos da Rachel de Queiroz sobre acontecimentos da conjuntura política nacional. Numa crônica publicada em 1970, Rachel de Queiroz afirmava que “a velha devorou a moça”, referindo-se à dois momentos específicos da sua vida: quando jovem, era “ingênua, revolucionária, insolente” e da vida em condição de velhice, cuja memória elabora em pleno regime militar, “como sinal de abandono dos ideais revolucionários e conformação com o presente” (GUERELLUS, 2016, p.76), assumindo o seu lado conservador e direitista. Saindo do posicionamento às esquerdas para posições de colaboração em relação ao autoritarismo militar.

Do conjunto de produções em jornais impressos mencionado acima tomaremos apenas a escrita de Rachel no periódico *Correio Brasiliense*, cujo momento de escrita que circularam entre 1966 e 1967. Durante esse período, a Rachel de Queiroz produziu cerca de 30 crônicas, todas publicadas no segundo caderno do referido periódico. Eram crônicas de profundo teor político, seja de cunho regional, nacional ou internacional. Em algumas delas, a Rachel de Queiroz recorreu ao uso de simbologias, analogias ou comparações. Destacamos aqui alguns títulos produzidos como *1966, Democracia, O Sábio e o Tártaro, Cabelo Grande, Os Ricos, Moças, Os Invencíveis, A Temporada de Fome, Seca, Salto no Escuro, O Vice, A Casa em Ordem, O Perigo de Fora, Os Candidatos, Carta ao Ministro dos Organismos*

Regionais, Escrever, Vacas Magras, Tradição Brasileira, Os Mistérios de Agosto, Um Deputado para Nós, Juracy na ONU, Mulheres na ONU, entre outras.

O *Correio Brasiliense* remete à história de um dos periódicos mais antigos na trajetória da imprensa brasileira. Foi fundado em 1808 por Hipólito da Costa, sob a denominação de “Correio Braziliense”, tendo uma vida passageira, cujo fim veio em 1822. O jornalista Assis Chateaubriand foi o responsável por resgatar o nome do antigo jornal, nos anos de 1960, ao montar uma rede nacional de comunicação, integrando impressos, rádios e televisão. Segundo Ana Morelli, Chateaubriand tinha o desejo de criar uma cadeia de comunicação dos Diários Associados assim como também “interligar as capitais do país através de seus veículos”, pavimentando um caminho para construção de um sentimento nacionalista, pautado nas ideias de “uma grande nação, forte e independente” (MORELLI, 2002, p.45). O lançamento da pedra fundamental que simbolizava o local de construção do edifício onde funcionaria o periódico e a busca por familiares de Hipólito da Costa para que fosse autorizado o título de *Correio Braziliense* por Chateaubriand, ocorreu ao mesmo tempo que a finalização das obras de construção da cidade Brasília, a nova capital federal do país.

O *Correio Brasiliense*, agora integrado aos Diários Associados, participava do processo de nacionalização e uniformização dos noticiários, tendo uma atividade jornalística de intensa produção junto aos Associados, justamente na conjuntura de grande polarização política entre as esquerdas apoiadoras do governo João Goulart e as direitas, adeptos do movimento militar. O *Correio Brasiliense* acompanhou todo o processo do golpe de 1964 e a construção social do governo Castelo Branco (1964-1967). É no governo de Castelo Branco, que o referido periódico acumula muitas dívidas, vindo Assis Chateaubriand a falecer pouco tempo depois da saída do general cearense.

A chegada da Raquel de Queiroz ao *Correio Brasiliense* ocorreu simultaneamente a sua inserção ao Conselho Federal de Cultura – CFC, no ano de 1966. As diretrizes políticas e ideológicas que nortearam a escrita de Raquel na defesa do regime militar na figura de Castelo Branco estiveram em consonância com a atuação política exercida no CFC. Neste sentido, entendemos que o seu modo de agir por atos de fala ou discurso no *Correio Brasiliense* se enquadra na condição de extensão do posicionamento político, em que o CFC era o laboratório de experimento da construção dos ideários defendidos publicamente. A ação política de Raquel de Queiroz era integrada a uma equipe de mais 21 intelectuais simpatizante e

colaboradora do regime militar. Esses mesmos Intelectuais celebraram o golpe de 1964, acenaram e trabalharam para o governo da ditadura militar.

Segundo Tatyana Maia (2014, p.52) o CFC integrava um conjunto de intelectuais, entre os quais destacavam-se:

Adonias Aguiar Filho, Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur César Ferreira Reis, Cassiano Ricardo, Deolindo Couto, Djacir Lima de Meneses, Dom Marcos Barbosa, Gustavo Corção, José Cândido de Andrade Muricy, José Montello, Manuel Diégues Junior, Raymundo Faoro, Rachel de Queiroz, Renato Soeiro, Roberto Burle Marx, Sílvio Meira e Clodomir Viana Moog.

Nota-se a partir dos escritos da Tatyana Maia que esses intelectuais desempenharam o papel na formulação de duas linhas de ação. A primeira linha de ação dizia respeito ao civismo como elemento de nacionalização dos elementos ou símbolos pátrios mediante ações de pedagogização da cultura autoritária. Já a segunda era a construção do otimismo, que foi incorporado como elemento de centralidade política do Estado pelo governo Castelo Branco “nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação” (MAIA, 2014, p.53).

Ao pensarmos nessa coletividade em colaboração com regime militar imediatamente reportamos ao conceito de geração, debatido por Serge Berstein pelo viés sociológico, que entendeu *geração* como sendo um grupo formado “por homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinações”, acontecimentos e experiências aproximativas. Este conceito é indispensável para a análise da intelectual Raquel de Queiroz, sobretudo, porque a sua atuação no processo de colaboração com regime militar, via governo Castelo Branco, não era uma ação isolada e restrita ao jornal *Correio Brasiliense*, ao contrário, ela pertencia ao coletivo de intelectuais de direitas, os quais agiam a partir do Conselho Federal de Cultura (CFC) do primeiro governo militar, com a formulação de programas e orientações educacionais e culturais visando a construção de sentimentos cívicos e patrióticos brasileiros.

Quando reportamos ao político, estamos entendendo-o segundo a visão de Pierre Rosanvallon, quando ele o tipificou em dois aspectos: em campo e em trabalho. Em campo, quando o político é responsável por constituir-se o lugar onde os diversos aspectos da vida humana se entrelaçam, como modelo de orientação para os seus discursos e ações, especialmente, no tocante à concepção de sociedade desejada e

os sentidos atribuídos a ela. O político como trabalho, diz respeito a constituição de grupo formado, cujo intuito é a participação e ocupação das atividades que tornam a polis em comunidade viva e ativa. Como bem definiu Rosanvallon, o político, de modo geral, significa “tudo aquilo que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições” (ROSANVALLON, 2010, p.73).

Historicamente sabemos que os grupos, as organizações e as instituições nem sempre explicitam claramente as ideologias responsáveis por suas mobilizações e formas de concepção de mundo e de sociedade. Em boa medida, a ideologia aparece transfigurada na forma de cultura política difundida no conjunto de seus membros. Serge Bernstein entende o conceito de cultura política como sendo um “sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados”, simbologias, ritos e linguagens. A cultura política desenvolvida e compartilhada por seus membros pode se dar por diferentes maneiras.

A cultura política, conceito adotado neste artigo, segue o pensamento do historiador Rodrigo Motta, que o definiu como sendo um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano”, que constitui identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos ao futuro (MOTTA, 2013, p.17). Neste caso, a constituição das identidades dos intelectuais de direitas e conservadores, no caso, Rachel de Queiroz e sua inserção na produção de crônicas jornalísticas e no Conselho Federal de Cultura, podem estar profundamente interligadas às características dessa cultura política, constituída por representações que possibilitou a instituição do grupo como comunidade política representativa entre o regime e a sociedade.

A referida cultura política a qual estava inserida a escritora Rachel de Queiroz pertencia a determinado extrato da sociedade brasileira, referenciada como elite. Neste sentido, importa-nos seguirmos a perspectiva de Flávio Heinz quando esclareceu o que termo *elites* faz referência aos grupos cujos aspectos são definidos “pela detenção de um certo poder ou então produto de uma seleção social ou intelectual” (HEINZ, 2006, p.13), os quais, os estudos históricos tornaram possíveis em colaborar no sentido de esquadrihar os espaços e os mecanismos utilizados no exercício do poder como forma de ascensão às posições dominantes. Esta definição

conceitual, segundo Heinz, possibilitou ao historiador perceber quais “os atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade”.

A renovação dos estudos sobre as elites se deu mediante o desenvolvimento da prosopografia ou biografias coletivas pelos historiadores. Com relação a isso, o método prosopográfico permitiu que através das pesquisas históricas houvesse a percepção das características comuns, vinculadas a certo grupo social, situado historicamente. Este método possibilitou perceber tipos de perfis sociais, categorias profissionais e coletividades, as suas formas de convocação, seleção e ações desempenhadas por suas trajetórias.

O estudo histórico voltado para a análise dos intelectuais e seus modos de produção e atuação na sociedade é um fenômeno bastante recente, em especial, entre os anos 1960 e 1970, período em que se constituiu um movimento de abordagem sobre os comportamentos dos intelectuais numa sociedade. Em Sirinelli, compreende-se que esse perspectivismo como elemento recente se deve muito “mais uma questão de ausência do olhar que de descrédito”. Os estudos em torno dos intelectuais, por ser um campo de abordagem muito recente, final do século XX, fizeram com que os pesquisadores se deparassem com “um campo aberto, situado no cruzamento das histórias políticas, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p.232).

Uma análise histórica das trajetórias e produção escrita dos intelectuais, seja pelo viés da prosopografia ou pela biografia, tem se tornado extremamente significativa para os pesquisadores no sentido de compreender as suas ações e modos de relacionamentos com determinados acontecimentos políticos, cujas ações foram para além da condição de tradução da cultura, mas desempenhando ações políticas de cunho legitimador e colaborador aos grupos interessados nesses acontecimentos.

No momento em que os historiadores começam a se preocupar com o grau de envolvimento e a extensão da influência de determinados intelectuais na construção dos acontecimentos e das memórias, individuais ou de grupos, surgiu a necessidade de dessacralização desses intelectuais. O processo de dessacralização indica percebê-los como humanos que tiveram suas formações sociais e culturais permeadas de paixões, ideologias e posicionamentos políticos, seja no processo de produção escrita na tradução da realidade ou mesmo se posicionando na condição de

pessoas que agem politicamente. Em boa medida essas ações podem ser carregadas de contradições, ligadas às mudanças ideológicas, partidos, entre outras.

As produções de Raquel de Queiroz no Correio Brasiliense

O que veremos a seguir é apenas uma demonstração acerca das publicações diárias de Rachel de Queiroz no periódico *Correio Brasiliense*. Mas essas publicações não podem ser compreendidas como gestos destituídos de intencionalidade, vazios de posicionamentos ou rupturas de certo pensamento político. Trata-se na verdade, como diria Jacques Pocock (2013, p.64), da manifestação de performance, do ato de fala, do discurso que escreve, produz, faz circular numa sociedade. Ato de falas, neste sentido, enquadram-se como ações políticas, possuindo um arcabouço de referências sociais, produzido historicamente dentro de delimitações espaciais e temporais. Semelhantemente, esses atos de falas, no processo de engajamento político, resgatam e mobilizam elementos do passado diante dos conflitos existentes na relação temporal e diante das rupturas dos modelos políticos de uma sociedade.

Com base nessa orientação, percebemos o lugar e os processos de atribuição de sentidos que a escrita de Rachel de Queiroz, em sua coluna no *Correio Brasiliense*, pretendia exercer no início do governo do general Castelo Branco. Ao retornar sua produção escrita em jornal, em 9 de janeiro de 1966, sob o título *1966*, Rachel de Queiroz lançou explicitamente as suas motivações e o seu posicionamento político diante da recente conjuntura política brasileira. Vejamos o que informa o trecho abaixo:

DEPOIS, de tantos anos longe de jornal a ele volto, embora sem propriamente jamais ter deixado a imprensa. Mas revista semanal é a mesma coisa que o jornal, a folha, o diário, saidinho do forno, cheirando a tinta, tão vivaz, porque tão transitória. Quem trabalhou em jornal sabe: é coisa que nunca se esquece. Volto – e será preciso dizer ao que venho? Afinal, somos velhos conhecidos. Aí, amigos, a gente pensa que vem para isto ou aquilo, mas a verdade é que não vem para nada de importante, a não ser esse desejo humano de conviver, de assinar o ponto, de tomar parte na conversa. O papel que sempre nos arrogamos foi o de vigia. E no presente o que os vigias podem proclamar é que começa Janeiro em 1966, faz calor e tudo vai bem (Grifo nosso). [...] Precisava-se portanto de um governo que viesse **fazer**, não **falar**. [...] Como veio. Tem seus discursos, tem – governo não pode viver sem discurso – nem que ninguém não ouça. Mas faz antes e discursa depois. Esta a grande diferença: em vez de discurso **antes**, discurso **depois**. Ou pelo menos durante, o que já é uma grande melhoramento. Não sei se repararam: nos primeiros dias, quando só havia tempo para promessas, os discursos do governo eram lacônicos. Depois, quando começou a trabalhar, o governo

pegou a moda das prestações de contas. E só prestando contas é que o governo se derrama, se alonga em explicações, e até às vezes chega à oratória! E me parece que isso é bom. Prometer pouco, fazer muito e explicar tudo. Outra coisa que o governo faz, na curta hora das promessas, é não só garantir o doce como o amargo, suscitar não apenas esperanças como pedir sacrifícios. E engraçado, isso dá certo. É como um desafio à capacidade de resistência à capacidade de amor, sei lá – as reservas de heroísmo que há escondidas em cada um de nós. [...].

O texto escrito por Rachel de Queiroz abrange um conjunto de temáticas, que visou legitimar e colaborar com o governo militar ocupado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco. Num primeiro momento, Rachel de Queiroz recorre à uma narrativa antítese, pondo elementos em relação de oposição política e de governo. Este aspecto não é próprio de Rachel, mas se insere numa tradição jornalística da época. Boa parte da imprensa escrita liberal durante a conjuntura política brasileira, de 1961 à 1964, em especial, nas proximidades do golpe de 1964, consolidou essa tradição discursiva à respeito da reconstituição narrativa sobre os acontecimentos antecedentes à implantação do regime militar brasileiro. Neste processo de imersão discursiva, Rachel de Queiroz recorreu à elementos opostos, característicos da intensa polarização política entre as esquerdas e as direitas em torno do governo João Goulart (1961-1964).

Neste sentido, Rachel de Queiroz, enquanto intelectual, agiu politicamente ao produzir e divulgar discursos de exaltação ao governo de Castelo Branco e que, na condição de contemporânea de muitos outros intelectuais de direita, viu na imprensa escrita um ambiente favorável para manifestações. Tais experiências intelectuais convergiram para um lugar comum, pensando em termos políticos e ideológicos, sendo os atos de falas, traduzidos em discursos escritos, como elemento de construção consensual e consolidação de certa tradição cultural.

Ao pensarmos nos elementos de oposição política, Rachel de Queiroz organizou seus textos apresentando identidades políticas opostas: enquanto o governo João Goulart recebeu caracterizações negativas, o governo de Castelo Branco ganhou sentidos positivos. Para o João Goulart, os sentidos atribuídos por Rachel de Queiroz são de um governo das “trevas”, “escuridão”, “corrupção”, “demagogo”, “promessas vazias”, “oportunista”. Esses referenciais são utilizados por ela com intuito de valorizar e realçar os sentidos que atribui ao governo de Castelo Branco. Rachel atribuiu para o general um tempo de “luzes”, “transparência”, “bom administrador”, um governo de “sacrifícios” necessários. Para ela “o país funciona, e

isto já é muito. Depois de um longo colapso o país volta a existir”. Entre jogos de palavras que positivavam o governo Castelo Branco, Rachel de Queiroz afirmava “a gente olha para as luzes acesas nos palácios de governo e vai para casa tranquila, sabendo que agora, ali, não se conspira nem se rouba, mas se trabalha com fidelidade”¹. Em outra crônica de Rachel de Queiroz, de 5 de junho de 1966 ela reproduzia o mesmo discurso com caracterizações opostas, crônica sob o título de “Salto no Escuro”. Assim ela dizia:

Um povo politicamente amadurecido, vivido numa economia, equilibrada e decente, amigo da pureza das instituições, saberia compreender os benefícios das medidas tomadas pelo Governo revolucionário e entenderia o alcance dos sacrifícios que lhes estão sendo pedidos. Mas este pobre povo subdesenvolvido, trabalhando e transviado há mais de trinta anos pela pregação dos demagogos que lhe assopram os complexos de inferioridades, não podem ter outra reação. Aliás, se se tratasse de um povo realmente evoluído não teríamos chegado ao estado a que chegamos, pois governantes da categoria dos que expulsamos não teriam subido ao poder pelo voto popular... – é assim uma espécie de círculo vicioso”².

Este último aspecto, de fato foi um elemento comum no pensamento de vários segmentos e entidades, como por exemplo, da Campanha da Mulher Democrática – CAMDE e dos Diários Associados, resultando em ações políticas de repercussão nacional, como foi a campanha “Ouro para o Bem do Brasil”. A partir de 1964, CAMDE e Diários Associados desempenharam essa forma de adesão ao regime militar, que por meio da campanha do ouro “solicitavam a colaboração da sociedade para que doasse joias em apoio “à obra de reconstrução nacional a que se dizia a Revolução” (CORDEIRO, 2009, p.77). A campanha ganhou cunho nacional, recebendo adesão nos mais distantes lugares do país, resultando em arrecadação de Cr\$ 5 bilhões para recuperação da economia brasileira pelo governo Castelo Branco.

No Ceará, terra de Rachel de Queiroz e de Castelo Branco, o Movimento Cívico da Mulher Cearense – MCMC, sob a liderança de Luiza Távora, esposa do governador Virgílio Távora, desempenhou ações políticas sintonizadas com as da CAMDE – RJ. Neste sentido, à frente da entidade feminina, Luiza Távora era contrária ao governo João Goulart e adesaista ao movimento de intervenção militar. Ela se posicionou no periódico cearense, *O Povo*, 11 de abril de 1966, apelando aos empresários e as classes produtoras do estado “para que se abstenham de aumentar

¹ Correio Brasiliense, 06 de janeiro de 1966.

² Correio Brasiliense, Segundo Caderno, SALTO NO ESCURO, 05 de junho de 1966, página 02.

escandalosamente o preço de seus produtos, concorrendo assim para o aumento dos conflitos, tumultos e intranquilidade existentes, a fim de que sejam superadas todas as dificuldades naturais do momento”. Este era o tom político das manifestações de adesão e colaboração junto aos militares e à construção social do governo de Castelo Branco. A entidade feminina fortalezense estava completamente alinhada com as ações das diversas outras que efemeramente existiram naquele momento.

A ruptura institucional e democrática mediante o golpe de 1964 demandou dos seus articuladores e do ministro do planejamento econômico, Roberto Campos, um conjunto de intervenções, cortes, arrochos salariais com o intuito de controlar a inflação, carestias, escassez, congelamento de salários, desemprego, entre outros. É neste contexto, que o discurso dos sacrifícios ganha um sentido nacional e de responsabilização. Quando Rachel de Queiroz afirma que “o governo faz, na curta hora das promessas, é não só garantir o doce como o amargo, suscitar não apenas esperanças como pedir sacrifícios”³, prevalece em seu pensamento uma naturalização das consequências decorrentes da intervenção militar e se utilizando de apelos emocionais e valores para conformação e suposta solução das crises políticas e institucionais.

No que tange ao posicionamento político a respeito das eleições indiretas e da prorrogação do governo Castelo Branco, a escritora se manifestou dizendo: “Lamentar, neste começo de 1966, lamentar, só e principalmente a desnecessária agitação que se prepara para as novas eleições presidenciais – mesmo indireta – e quando o edifício ainda está tão frágil”⁴. O trecho mencionado explicita um olhar de preocupação, o qual representou uma expressiva parcela da sociedade adesa e colaboradora ao movimento militar do general Castelo Branco. Rachel de Queiroz entende o processo iniciado pela intervenção militar e continuado por Castelo Branco como sendo um “edifício” em construção, cujo projeto possuía bases “frágeis”. Além disso, a escritora procurou delinear as motivações provocadoras para uma possível destruição do projeto em curso, cujas crises vieram também do próprio “edifício”, revelando o seu lado “frágil”. Neste sentido, o verbo “lamentar”, apontava para os diversos desafios enfrentados por Castelo Branco, em especial, o problema da perda política do governo, em torno das eleições de 1965, nos principais estados brasileiros. No tocante às eleições de 1965 Rachel de Queiroz retomou o tema numa crônica

³ Correio Brasiliense, 09 de janeiro de 1966.

⁴ Correio Brasiliense, 09 de janeiro de 1966.

chamada de “A CASA EM ORDEM”, de 26 de junho de 1966, que ao se posicionar politicamente sobre esse processo eleitoral, dizia:

Em onze Estados, escolheram-se homens bons, prepara-se a sucessão em termos tranquilos, tão democraticamente quanto possível dentro da nova ordem. Claro que não tão “democraticamente” quanto o queriam, os inimigos do regime; para lhes fazer o gosto, só se a Revolução aceitasse o suicídio. E nos outros onze Estados, até mesmo naqueles em que a oposição vencera na prematura e imprudente experiência de eleição direta, os governadores ou são amigos ou foram conquistados; e sem passes de mágica política, sem concessões inconfessáveis, como era o uso nos tempos de dantes.⁵

Este aspecto não dizia respeito apenas às referidas eleições, mas em especial, ao Ato Institucional nº 2 (AI-II) que ao ser questionado por alguns dos apoiadores, estes seriam transformados em inimigos “do processo de consolidação da revolução”. Estrategicamente, diante de uma possível rejeição do Congresso ao projeto de Castelo Branco de promover cassações aos opositores, até mesmo dentro do governo, o general decretou o Ato Institucional nº 02. De acordo com Maria Helena Moreira Alves o AI-2, teve sua assinatura pelo general em exercício político, no dia 17 de outubro de 1965, “apenas 24 dias após as eleições para os governos de Estados” e às vésperas da votação do Congresso de “uma emenda constitucional que enfraqueceria consideravelmente o Judiciário e limitaria ainda mais os poderes do Legislativo” (ALVES, 2005, p.109). Segundo Helena Moreira Alves, o AI-2 teve suas medidas organizadas em três perspectivas: o controle do Congresso via ampliação dos poderes do Executivo; o enfraquecimento Judiciário e o controle da representação política.

Deste modo, essas ações implicaram diretamente pelo art.9º, a eleição indireta para o Presidente e Vice-presidente, os quais agora seriam eleitos “por um Colégio Eleitoral composto de maioria absoluta de membros do Congresso Nacional”, com a realização de sessão pública e votação nominal. (ALVES, 2005, p.113). No controle da representação e organização política, Castelo Branco baixou o Ato Complementar de nº 4, extinguindo as antigas legendas partidárias e sendo substituídas por novas agremiações partidárias e nomenclaturas. Os “novos partidos deveriam constituir-se de pelos menos 120 deputados e 20 senadores em período de 45 dias, a contar da promulgação do ato” (ALVES, 2005, p114). Assim, foi sendo instituído o bipartidarismo

⁵ Correio Brasileiro, 26 de junho de 1966.

como sistema político pelo governo militar e como atendimento às medidas do AC – nº 04, houve intensas mobilizações no Congresso Nacional e nos diferentes estados brasileiros para a aberturas dos seus diretórios regionais.

Os impasses do governo Castelo Branco, defendido por Rachel de Queiroz, não sofriam implicações apenas com as questões vinculadas as eleições de 1965 e do Ato Institucional nº 2 – (AI-II), mas também em relação ao processo sucessório da presidência nos termos da nova legislação jurídica e político-partidária. Neste sentido, observamos a questão das eleições indiretas lamentadas por Rachel de Queiroz, mas não no sentido de repúdio pelas restrições para a escolha presidencial do país e sim pela possibilidade de fragilizar o governo de Castelo Branco como líder do “movimento revolucionário”. Assim, para a intelectual, o já referido “edifício” em vias de construção se deparava com desafios e conflitos, de natureza interna e externa ao governo, sua agenda e base de forças políticas.

Outro tema abordado por Rachel de Queiroz foi a prorrogação do mandato de Castelo Branco. Entre indignação e questionamentos a escritora: “Não entendendo porque ninguém se lembrou de dar ao presidente Castelo Branco o mandato a que todos têm direito, o mandato integral de cinco anos”⁶. Em pleno ano de 1966, já com uma realidade brasileira sob moldura do regime militar com base nos atos institucionais, nº 1 e nº2, Rachel de Queiroz fazia uma leitura da realidade pelo espectro conservador e direitista, entendendo o governo de Castelo Branco como sendo decorrente de processos políticos e institucionais, de expressão democrática, negando neste sentido, que o referido governo fora fruto de uma articulação conspiratória e montado em bases autoritárias. O trecho acima, cercado de sentimento de desprezo aos limites impostos “ao líder da Revolução” pode ser interpretado também como uma crítica lançada aos próprios protagonistas do movimento, por não terem pensado nos impasses do futuro tão próximo.

Ainda que esse texto escrito por Rachel de Queiroz tenha ocorrido em janeiro de 1966, dentro do prazo decidido no Congresso Nacional pela prorrogação do mandato de Castelo Branco, mesmo assim, ela disferia duras críticas sobre esse processo político decidido e em curso. Assim dizia ela: “Porque essa ficção de concluir o mandato do sr. João Goulart – aliás o do presidente Jânio Quadros?”⁷. Mesmo percebendo que o regime possuía limites, dentro de sua base de sustentação e da

⁶ Correio Brasiliense, 09 de janeiro de 1966.

⁷ Correio Brasiliense, 09 de janeiro de 1966.

oposição, Rachel de Queiroz rejeitou a possibilidade de duração do governo Castelo Branco contabilizado pelas regras políticas do governo João Goulart, no caso, da conclusão da Legislatura brasileira de 1961 a 1964. Além disso, ela descaracteriza o presidente João Goulart da posição que ele ocupava, o cargo de presidente da república, chamando-o de “senhor”. Estes elementos presentes em sua escrita, indiretamente, negavam o processo de campanha pela legalidade e respeito à Constituição de 1946, a posse do vice-presidente eleito democraticamente e empossado em situação da vacância do cargo de presidente e toda a agenda do seu governo.

Ao continuarmos em analisar a escrita de Rachel de Queiroz nesse texto publicado em 1966, perceberemos que ela incluiu dois elementos para legitimar a prorrogação do governo de Castelo Branco. Compreende-se que, o primeiro aspecto dizia respeito à ideia de “revolução” como ato de regeneração, um retorno ao ponto inicial na vida política brasileira – por essa perspectiva, abriam-se possibilidades de inserção de ações autoritárias, perseguição aos opositores, alterações jurídicas e eleitorais, conforme necessidades apresentadas pelo regime militar instituído em 1964 - já o segundo aspecto tinha ligação com a ideia de “uma obra” em processo contínuo de construção, cujas condições no momento eram de algo ainda inacabado.

Esses dois aspectos traduzem alguns dos sentimentos e pensamento recorrente entre os grupos e entidades que foram se organizando no período de 1961 a 1964, com intensa campanha anticomunista, pois pretendiam desestabilizar e depor o presidente João Goulart. Na medida em que o Comício das reformas de base se aproximava, contando com o apoio dos movimentos sociais, mais intensas eram as ações políticas de desgastes e conspiração e ganhavam adesão por todo o território nacional. A união de forças políticas heterogêneas foi nas conhecidas manifestações intituladas como Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que nesse momento, segundo os seus organizadores, tiveram o sentido de clamor e petição pública para intervenção dos militares diante da “crise político-institucional do país”. Já as manifestações realizadas a partir de abril de 1964 tiveram mudanças de sentidos, passando para a condição de comemoração e celebração pela deposição do presidente João Goulart (COSTA, 2015, 2022).

Assim, Rachel de Queiroz, recupera duas ideias que permeou o ambiente político da época: a eterna vigilância e a extensão do mandato de Castelo Branco. Como mencionado anteriormente, houve muitos grupos e entidades femininas de

cunho conservador e religioso nas principais capitais brasileiras, como Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, Rio de Janeiro, União Cívica Feminina, UCF - São Paulo, Liga da Mulher Democrática, LIMDE – Belo Horizonte, Movimento Cívico da Mulher Cearense, MCMC – Fortaleza, entre outros, que mesmo em condições efêmeras conseguiram arregimentar ampla parcela da sociedade. Tanto no pré-golpe quanto pós-golpe de 1964, a CAMDE deu continuidade ao discurso da “vigilância” ou “eterna vigilância” contra os perigos que rondavam o Brasil. As suas lideranças produziram materiais, discursos e manifestações fazendo uso da condição de mulheres do lar, boas esposas e boas mães. Elas rompiam o espaço privado da casa para ocuparem o espaço público, mas não no sentido de ruptura das tradições ou das condições às quais estavam submetidas. Na verdade, ocuparam a cena pública para reforçar esse lugar transferindo essa lógica para o Brasil, entendendo-o como uma grande família que necessitava de cuidados e vigilância. Era a defesa do pensamento fundamentado na trilogia Deus, Pátria e Família (COSTA, 2015, 2022); (STARLING, 1986).

Nestes termos, Rachel de Queiroz escrevia trazendo o pensamento do civismo e do patriotismo, das necessidades de “sacrifícios nacionais”, de pessoas adormidas e vigilantes quanto aos rumos que o processo político instituído tomara. Mas não se restringia a isso. O seu pensamento também se adequava aos dos grupos mencionados, no sentido de adesão à prorrogação do governo do general Castelo Branco. Rachel de Queiroz questionava: “Como esperar que em um ano só – (ou mesmo dois, com a prorrogação – um homem pudesse realizar uma obra para a qual – estavam na cara – até mesmo cinco anos da lei seriam poucos?”⁸. Assim, ela se declarava totalmente favorável ao regime e suas medidas, mesmo na forma de questionamento ou ironia. Em 2006, ao entrevistar três associadas da CAMDE, Janaina Martins Cordeiro afirma que uma delas “lembrava, saudosa, as palavras do economista Eugênio Gudim” quando “ele dizia que o Castello Branco tinha que ter feito um governo de pelo menos 10 anos. Pelo menos 10 anos!”. Segundo Janaina Cordeiro, esse sentimento de consenso foi compartilhado por membros da UDN. Havia o consenso de que “se o governo Castello Branco fosse interrompido em 1966, o processo de *limpeza* que os militares levavam a cabo também o seria” (CORDEIRO, 2009, p.92-93).

⁸ Correio Brasiliense, 09 de janeiro de 1966.

Mas o tema da prorrogação do governo não era o único aspecto complicador na continuidade das ações militares em curso percebido pela Rachel de Queiroz. Havia a questão da sucessão após o fim da prorrogação do mandato do general cearense. Quanto a isso, Rachel de Queiroz finalizava o texto dizendo: “que a operação de escolha e transmissão se passe sem traumatismos nacionais, e que não se interrompa a obra de regeneração duramente empreendida”⁹. Como se nota, a escrita da autora é preenchida, do início ao fim, do texto, por inquietações e medos quanto ao projeto dos militares iniciados com a “revolução” em 1964. Em 26 de junho de 1966 Rachel de Queiroz insistia sobre o tema da sucessão, dizia ela: “Quando assumir o poder em abril” [1967] “que vem, verá o Presidente novo [Costa e Silva] que, graças ao Marechal [Castelo Branco], o seu caminho estará juncado, mas só de rosas e manjerição”¹⁰. Ela se referia a alguns desentendimentos entre personalidades diversas sobre a sucessão de Arthur Costa e Silva na condução do regime militar.

Conclusão

Antes de concluir este artigo, é importante lembrar um trecho da Rachel de Queiroz, entrevistada ao programa Roda Viva, da TV Cultura de 1991¹¹, e questionada por um dos entrevistadores, o Caio Fernando Abreu, sobre a participação da escritora no processo de conspiração do golpe de 1964. Entre mal-estar e inquietação, Rachel de Queiroz respondia: “O Golpe que eu ajudei, não! Eu ajudei do Castelo. O resto e o AI-5 eu não tive a menor ligação”¹². Embora não seja proposta deste artigo tratar das fontes orais e da atuação da Rachel de Queiroz nos governos posteriores do regime militar brasileiro, não há como finalizar aqui o tema sem pensar em novas possibilidades de compreensão sobre a trajetória de articulação política dessa escritora: compreender os jogos de memórias nas entrevistas concedidas à respeito do regime militar numa temporalidade mais extensa; o papel do regime militar na sua escolha e posse como membra da Academia Brasileira de Letras; sua atuação como membra da Comissão, mesmo após o governo Castelo Branco; a recepção dos

⁹ Correio Brasiliense, 09 de janeiro de 1966.

¹⁰

¹¹ Rachel de Queiroz, entrevistada ao programa Roda Viva, da TV Cultura de 1991. Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zzCoEwnI-Ek> Acessado em 08 de fevereiro de 2023.

¹² Rachel de Queiroz, entrevistada ao programa Roda Viva, da TV Cultura de 1991. Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zzCoEwnI-Ek> Acessado em 08 de fevereiro de 2023.

gerais do regime militar no estado do Ceará e inauguração de obras empreendidas pelos governos estaduais nomeados indiretamente contando com a participação da referida escritora e possuindo ampla divulgação na imprensa cearense.

Assim, concluímos que a escrita de Rachel no periódico *Correio Brasiliense* era permeada de inquietações, medos, inconformada com os diferentes limites do processo de avanço do “movimento militar” na condução política do país. Por sua vez, a escrita dela permanecia carregada de caracterizações, simbologias, personalidades políticas vinculadas ao governo João Goulart, todas de sentidos negativos. Os principais acontecimentos como as disputas eleitorais, a prorrogação e a sucessão do governo Castelo Branco estavam cercados de sentidos que viessem a realçar a liderança política dele, mesmo diante das tensões e conflitos existentes, tanto internamente como externamente que segundo a escritora, poderiam comprometer o “edifício da revolução”.

Entre medos e questionamentos, positivando o governo Castelo Branco e negativando o governo João Goulart, Rachel de Queiroz deixou explícito seu posicionamento político, ideológico, os elementos sociais vinculados às direitas, aos conservadores e militarizados, pertencentes a determinado momento da história brasileira, que foi a ditadura militar.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

HEINZ, Flávio M. (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro, 2006.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. **A ditadura em tempos de milagres: comemorações, orgulho e consentimento**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2015.

_____. (Orgs.). **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Mauad X: Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Jucelio Regis da. **Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil-militar no Ceará (1961-1964)**. (Dissertação de mestrado em História, UFC, 2015).

_____. Da construção à celebração do golpe de 1964 no Ceará: usos políticos de elementos neomedievalizantes. In: MELO, Francisco Dênis e SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política do Ceará**. Vol.07. Editora SertãoCult: Sobral, 2022, pp.15-35.

Moreira Alves, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Ed. Petrópolis, Vozes, 1964.

MORELLI, Ana L. F. **Correio Braziliense: 40 anos – do pioneirismo à consolidação**. (Dissertação de mestrado em Comunicação, Faculdade de Comunicação, UnB, 2002).

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2013.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2013.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64**. Petrópolis: Vozes, 1986.

Jucelio Regis da Costa

Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Vem atuando profissionalmente na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte. Exerce estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira, Neomedievalismo político Brasileiro; Coordena o Grupo de Estudo Sobre História Política: Instituições, organizações e sistemas políticos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002116403494703>

Artigo recebido em: 28 de fevereiro de 2023.

Artigo aprovado em: 27 de junho de 2023.